

A Atualidade de Visão do Paraíso

Jose Adil Blanco de Lima*

Visão do Paraíso está entre as maiores contribuições historiográficas do Brasil do século XX. Apresentada e defendida como tese, requisito necessário ao concurso de cátedra de História da Civilização Brasileira da USP, em 1958, foi publicada em forma de livro no ano seguinte pela editora de José Olympio com o título *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Atualmente, a importância deste estudo de Sergio Buarque de Holanda vem se tornando cada vez mais nítida, como reconhecem diversos intelectuais contemporâneos, entre eles: Eduardo Henrique de Lima Guimarães, Walnice Nogueira Galvão, Gustavo Henrique Tuna, Luiz Costa Lima, Maria Sylvia Carvalho Franco, Ronaldo Vainfas e Antonio Arnoni Prado. Além de ser um monumental livro de erudição e gosto, significou também para o seu autor a consolidação da profissionalização como historiador. *Visão do Paraíso* constitui, junto com *Raízes do Brasil* e *Do Império à República*, o tripé das obras magistrais de Holanda.

Na tese de cátedra, Sergio Buarque de Holanda tinha como objeto de pesquisa os mitos edênicos (crenças inspiradas na teologia medieval de que o Paraíso, longe de ser um conceito abstrato e inatingível, era um lugar distante, porém, ao alcance efetivo dos homens) que povoavam o universo mental de portugueses e castelhanos na época das grandes navegações e conquistas no Novo Mundo, procurando, assim, compreender o papel destes mitos no processo de colonização, especialmente do Brasil. Para a sua construção, o autor mergulhou na leitura de humanistas italianos e de grande parte da tradição literária ocidental – passando por Homero, Horácio, Dante, Defoe, Coleridge, Padre Vieira, François Villon, Tasso, as novelas de cavalaria, Ronsard, Quevedo, Rabelais, Garcia de Resende, Ovídio, Virgílio, James Joyce, La Fontaine, John Donne, Esopo, Fedro, Camões e muitos outros –, além de diversos viajantes do século XVI (André Thevet, Jean Léry, Colombo, Vespúcio, Bartolomeu de Las Casas, para citar os mais famosos).

* Licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Paraná e mestrando em História na Universidade Federal de Juiz de Fora. Email para contato: adil.lima@yahoo.com.br

Todavia, apesar de ser considerado um estudo de imensa erudição e relevância nos últimos anos – especialmente a partir de 2002, ano do centenário de Sergio Buarque de Holanda que suscitou diversas pesquisas e publicações acadêmicas sobre o autor e sua vasta obra – *Visão do Paraíso* não foi muito bem recebido em sua época de produção, tempos em que vigorava de forma imponente na academia um marxismo de timbre econômico e social. Foi um trabalho muito respeitado, pouco lido, quase nunca discutido. Em suma, o prestígio e apreço que giram em torno deste livro são tardios. Tentarei, portanto, realizar um breve acompanhamento da recepção de *Visão do Paraíso*, destacando aspectos que tornam este estudo atual na virada do século XX para o XXI, com o intuito de contribuir com as escassas reflexões sobre a historiografia brasileira mais recente e, sobretudo, colaborar com uma melhor interpretação da obra em questão.

Visão do Paraíso: a tese de cátedra.

Nos anos iniciais da década de 1950, Alfredo Ellis Júnior, o professor de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia da USP, teve que se afastar do cargo devido alguns problemas graves de saúde. Nestas circunstâncias, o professor de Política, Lourival Gomes Machado (amigo de Holanda e de Antonio Candido), sugeriu o nome de Sergio Buarque como possível substituto daquela cátedra. De fato, ele parecia o candidato ideal para a vaga; havia uma empatia entre Sergio Buarque e a USP. A criação desta Universidade estava entre as aspirações dos intelectuais modernistas – grupo em que Holanda se incluía - desde 1922, devido ao interesse destes pela abordagem científica da realidade do país. O autor de *Raízes do Brasil* já havia aceitado diversos convites para a participação de bancas de teses de cátedras nesta instituição. Além disto, nestes anos Sergio Buarque já gozava de considerável prestígio intelectual. Tinha se destacado com dezenas de artigos e resenhas em seus anos de juventude e de militância modernista; havia publicado *Raízes do Brasil* em uma das editoras mais famosas do país; possuía experiência como professor da extinta Universidade do Distrito Federal nas áreas de história e literatura; trabalhou na Biblioteca Nacional (1943-1946) e dirigiu o Instituto Nacional do Livro (1939-1943) e o Museu Paulista (1946-1956).

Entretanto, apesar de seu currículo intelectual invejável, Sergio Buarque de Holanda não possuía formação acadêmica na área (Sergio Buarque se formou em direito em 1925 na UDF, embora quase não tenha praticado a profissão), requisito necessário para realizar o concurso de cátedra. Assim, o autor de *Raízes do Brasil* se dispôs a fazer um curso de mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, instituição de ensino superior em que trabalhou como professor de História Econômica do Brasil entre 1947 e 1955. Tendo ingressado no mestrado em 1956, Sergio Buarque de Holanda defendeu sua dissertação *Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimentos* em 1958, meses antes de prestar o concurso a cátedra da USP.

Durante a década de 1950, Sergio Buarque de Holanda mergulhou a fundo em suas pesquisas intelectuais. Entre 1952 e 1954 foi para a Itália, onde atuou como professor convidado na Universidade de Roma. Aproveitou o ensejo para pesquisar sobre o arcadismo romano-italiano e sua influência sobre o arcadismo mineiro, devido ao compromisso firmado com José Olympio de colaborar na composição de *História da Literatura Brasileira*, coleção planejada na década de 1940 que não chegou a se concretizar. Nestes anos também publicou *A Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*, estudo que, sem dúvida, estava ligado ao projeto não-concluído. Em 1956 iniciava um curso de mestrado, para nos anos seguintes publicar *Caminhos e Fronteiras* (1957) e *Visão do Paraíso* (1959).

De fato, é espantoso como o autor conseguiu em tampouco tempo realizar tamanha produção acadêmica, cujas características fundamentais são a erudição e a larga abrangência temática. Todavia, deve-se ter em mente que todos estes estudos foram frutos de uma rígida pesquisa que se prolongava há vários anos, que fora articulada magistralmente por Sergio Buarque em diversas publicações.

Em 1936, Sergio Buarque de Holanda publicava com *Raízes do Brasil* uma síntese das reflexões modernistas sobre a sociedade brasileira – infestada por uma linha de pensamento germânica que tem como expoentes figuras como Weber, Sombart, Meinecke, entre outros -, empreendendo combate às teses de Oliveira Vianna e ao caudilhismo modernizante da Era Vargas. Porém, as experiências em diversas instituições (Universidade do Distrito Federal, Instituto Nacional do Livro, Biblioteca Nacional e Museu Paulista) o puseram diante de variadas problematizações e de um acervo imenso, o que o levou a desconfiança de generalizações ensaísticas e a

consciência da necessidade de um apuro metodológico mais meticuloso para se tratar do saber social sobre o Brasil. Assim, no momento da segunda edição de *Raízes do Brasil* em 1947, que veio a público com inúmeras modificações, Sergio Buarque incluiu no capítulo “O semeados e o ladrilhador” uma extensa nota sobre a “língua-geral” em São Paulo. Nesta nota, fruto do aprofundamento nas análises de numerosos documentos referentes às bandeiras, o autor sugeria como o conhecimento e as técnicas indígenas foram tomados como instrumentos que possibilitaram o avanço sertão adentro e, conseqüentemente, o povoamento do interior da colônia em geral. Sergio Buarque iniciara desde meados da década de 1940 uma extensa pesquisa sobre a importância da adaptação dos europeus aos costumes indígenas no decorrer da expansão da civilização portuguesa pelo interior do Novo Mundo. *Monções*, livro publicado em 1945, trazia o resultado das pesquisas sobre as movimentações fluviais, a passo que *Caminhos e Fronteiras*, de 1957, discorria sobre o processo de penetração terrestre. Na introdução de *Caminhos e Fronteiras* Sergio Buarque alertava que, de fato, as duas obras se completavam. O intervalo de doze anos entre a publicação dos dois livros ocorre devido aos outros projetos, mais literários, que Sergio Buarque de Holanda levava em paralelo. A experiência na direção do Museu Paulista, onde manteve contato diário com o etnólogo alemão Herbert Baldus, colaborou para que Sergio Buarque de Holanda atentasse para o fenômeno de aculturação e das mudanças culturais no processo de expansão da colonização portuguesa nos séculos XVII e XVIII, assim como para a importância da cultura material[†].

Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimientos, dissertação de mestrado defendida em julho de 1958, foi, sem dúvida, um estudo preparativo para *Visão do Paraíso*. Tanto a dissertação quanto a tese de cátedra têm como período delimitado a época dos descobrimentos marítimos portugueses; ambas também recorriam à Espanha e à colonização da América Espanhola como contraponto. Enquanto *Visão do Paraíso* se preocupava em investigar as fantasias e idéias míticas que os colonizadores tinham em relação ao novo mundo, *Elementos Formadores* mantinha seu foco na composição social da população portuguesa quinhentista. Mas em especial, o estudo de mestrado de Sergio Buarque

[†] FRANÇOZO, Mariana de Campos. **Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sergio Buarque de Holanda**. (dissertação) Campinas : Unicamp, 2004.

serviu como base para a construção de *Visão do Paraíso* do ponto de vista das fontes utilizadas. Em *Elementos Formadores*, Buarque de Holanda amplia seu repertório de fontes, conjugando documentos de época e com livros de literatura e de outros historiadores. Se em *Monções e Caminhos e Fronteiras* Sergio Buarque colhia os frutos de suas minuciosas análises de documentos históricos, com sua dissertação de mestrado e sua tese de cátedra o autor apresentava a importância e fecundidade da interpretação de obras literárias para a historiografia.

Recepção de Visão do Paraíso

A partir da década de 1980 que surgem as principais referências a *Visão do Paraíso* na historiografia brasileira. São elas *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial* (1986), de Laura de Mello e Souza, e *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil* (1989), de Ronaldo Vainfas.

Ambos são estudos que aparecem em um momento em que a historiografia brasileira vivenciava uma grande expansão no domínio dos estudos e das pesquisas, das publicações de livros, revistas e artigos históricos. A partir de 1985, anos que se seguem após o término do autoritário governo militar, houve um forte florescimento cultural e intelectual no país. Terminavam-se os anos de violenta repressão cultural, que tinham atingido seu apogeu nos finais da década de 1960. Assistia-se o crescimento urbano-industrial; a expansão dos mercados editoriais, publicitários e artísticos; assim como o relativo fortalecimento econômico das camadas médias brasileiras. Em suma, era o contexto dos pós-anos 60, onde novos grupos étnicos, sociais e sexuais passavam a ganhar espaço e participar mais da vida pública, trazendo consigo novas questões e reivindicações. Momento em que uma intensa movimentação cultural assolava a sociedade brasileira, orientada em grande parte pela continuação e busca de novas linguagens, representados especialmente pelos mais diferentes artistas ligados ao cinema, música e teatro. Nesse ambiente, a historiografia brasileira vivenciava uma eliminação da hierarquia de temas e problematizações privilegiadas. De tal forma, aparecia uma ampla gama de excluídos (mulheres, negros, escravos, homossexuais,

trabalhadores, prisioneiros, loucos, crianças, etc.) reclamando seu espaço na história social do país.

Foi neste contexto que chegou ao Brasil uma série de obras estrangeiras traduzidas, sobretudo de autores vinculados ao que Lynn Hunt chamou de “Nova História Cultural”. As temáticas metodológicas desenvolvidas pelos historiadores da terceira geração dos *Annales* (Jacques Le Goff, Georges Duby, Philippe Ariès, Robert Mandrou, Emmanuel Le Roy Ladurie, Michel Vovelle, Jean Delumeau, etc.), assim como as dos micro-historiadores italianos (Carlo Ginzburg e Giovanni Levi), foram traduzidas em um momento em que um traço marcante nos cursos de história brasileiros era a fortíssima presença teórica do marxismo, que de fato já vinha exercendo influência nas ciências humanas de forma geral entre as décadas de 1950 e 1960.

A falta de erudição e a corrente marxista dominante resultaram numa grande incompreensão destas obras estrangeiras. A inovação temática que carregavam estas historiografias estrangeiras (monografias locais, estudos sobre bruxaria, universo mental/cultural, vida privada, personagens deixados à margem da história) foi muito mal vista pelos historiadores brasileiros, que se preocupavam com uma história de grandes estruturas socioeconômicas, inspiradas fundamentalmente em Caio Prado Jr. e Celso Furtado. A chamada “Nova História” dos *Annales* não raramente foi taxada de “história do perfume” e acusada de banalizar a história com trivialidades.

Tanto *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* quanto *Trópico dos Pecados*, de Laura de Mello e Souza e Ronaldo Vainfas, são obras que, ao contrário da corrente dominante, vislumbraram-se com o horizonte que as novas leituras estrangeiras abriam ao território do historiador. Estes estudos tentaram, portanto, por em prática algumas temáticas da história das mentalidades francesa na história do Brasil. Durante este processo, os autores acabaram por “descobrir” *Visão do Paraíso*. A tese de cátedra de Sergio Buarque parecia antecipar em vários anos as temáticas inovadoras que eram descobertas nas décadas de 1980.

Procurando alargar os estudos sobre as camadas sociais desclassificadas no Brasil, Laura de Mello e Souza pretendeu apresentar as múltiplas tradições culturais que desaguavam no mundo da feitiçaria e religiosidade popular na colônia portuguesa entre os séculos XVI e XVIII. Para a realização de sua pesquisa, a autora sentiu a necessidade de remontar ao século XVI, época em que visões paradisíacas e infernais se alternavam

no imaginário do europeu colonizador. Laura de Mello e Souza lembra que em época em que o conhecimento do mundo era apenas três continentes, três mares e doze ventos, os conhecimentos de territórios como a Europa setentrional e os oceanos Índico e Atlântico se misturavam com o imaginário, ficcional e fantasioso. Neste momento a autora reconhece a contribuição de Sergio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso*, que demonstra o deslocamento do mito do Paraíso terrestre vindo dos confins da Ásia e África em direção ao Oceano Atlântico. Portanto, ancorada em ampla bibliografia estrangeira, a historiadora reconhece a importância das “análises brilhantes e sofisticadas” de autores como Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Carlo Ginzburg, Jean Delumeau, Tzvetan Todorov e Lucien Febvre. Mas também apresenta *Visão do Paraíso* de Sergio Buarque de Holanda como um estudo do gênero precursor no Brasil.

Ronaldo Vainfas, por sua vez, estudava em *Trópico dos Pecados* o projeto escravista, religioso e moralizante conduzido por intelectuais da Companhia de Jesus entre os séculos XVI e XVIII. Segundo o autor, este projeto reprovava diversos hábitos sexuais e desregramentos morais na colônia, vinculando-se à pastoral implementada pela Contra-Reforma na Europa, que visava a cristianização de pagãos no Novo Mundo. Vainfas também revela tomar conhecimento da tese de cátedra de Sergio Buarque a partir de uma bibliografia estrangeira. Inserindo o seu estudo na linha da história das mentalidades voltada para o campo dos sentimentos, desejos, crenças e costumes, aproveitou-se da leitura de autores como Le Roy Ladurie, Ginzburg, Foucault, Bakhtin, Vovelle e Mandrou. Seguiu as orientações do último ao buscar uma “história das visões mundo”. Neste aspecto, reconhece a importância do trabalho realizado em *Visão do Paraíso* de Holanda.

Nos finais da década de 1990, Laura de Mello e Souza e Ronaldo Vainfas procuraram refletir sobre a atualidade das obras de Sergio Buarque de Holanda publicadas durante as décadas de 1940 e 1950.

No volume *Sergio Buarque de Holanda e o Brasil* (1998) organizado por Antonio Candido, Ronaldo Vainfas apresenta um artigo em que discute a questão: seria Sergio Buarque um historiador das mentalidades *avant la lettre*? Neste texto, o autor procura ressaltar semelhanças entre *Visão do Paraíso* e a tradição de história das mentalidades francesa, destacando o parentesco temático, a eleição de fontes literárias

como base de investigação histórica e a rebeldia intelectual. Vainfas rejeita a relação direta da tese de cátedra com a história das mentalidades, destacando enfaticamente singularidades de *Visão do Paraíso*.

Na coletânea *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, organizada por Marcos Cezar Freitas, Laura de Mello e Souza aponta a atualidade de obras como *Monções* (1945) e *Caminhos e Fronteiras* (1957), obras em que Sergio Buarque, muito antes das considerações de Carlo Ginzburg sobre o conhecimento indiciário, já vinha se detendo sobre a dimensão cultural dos sentidos e da percepção. Nos estudos de Holanda, a apropriação de diversos aspectos da cultura e da vida material (hábitos, costumes e instrumentos) por parte dos portugueses teria tido papel capital no processo de colonização do país. Assim, traços da peculiar mentalidade dos colonos lusitanos permitiram a estes selecionar quais manifestações divergentes da tradição européia deveriam ser aceitas e quais deveriam ser refutadas. Nesta mesma linha de Laura de Mello e Souza e Ronaldo Vainfas, salientamos alguns aspectos mantém *Visão do Paraíso* uma obra de extrema atualidade.

A Atualidade Historiográfica de Visão do Paraíso

As reflexões e produções historiográficas dos últimos 30 anos são, de certa maneira e em linhas gerais, “seqüelas” da queda dos paradigmas totalizantes dominantes nas décadas de 1950 e 1960, a saber, o marxismo e o estruturalismo. Nestes anos os estudos de ciências sociais expressavam-se em pensamentos de desconfiança, com a idéia de que a verdade científica é acessível, porém velada. Caracterizavam-se por desenvolver um pensamento de descentramento. Portanto, as ciências humanas mais celebradas durante esse período eram as que tinham maior capacidade de expropriar a presença e atestação do sujeito. Os historiadores afastavam-se do chamado tempo curto e passavam a valorizar as durações mais longas, que escapam a ação humana. Assim, o elemento que atuou como unificador nas ciências humanas durante os anos 50 e 60 foi a noção de inconsciente. Na França, país que viveu intensamente os anos estruturalistas, Jacques Lacan propunha uma ligação entre a psicanálise freudiana com a lingüística de Ferdinand Saussure; Claude Levi-Strauss buscava os elementos inconscientes de tribos indígenas americanas, enquanto a história das mentalidades da terceira geração dos

Annales se preocupava com a noção de “inconsciente coletivo”. De forma semelhante, as produções marxistas deste mesmo período apontavam para uma participação basicamente inexistente do sujeito, ou majoritariamente determinada por sua inserção na infra-estrutura socioeconômica. Quase sempre, nestes estudos as ações individuais eram inertes e sem rosto.

Sob a regência dos paradigmas estruturantes, portanto, as ciências humanas interpretavam o agir humano como resultado de sistemas explicativos. Assim, o indivíduo não agia, mas era “agido” por sistemas estruturais que determinariam suas possibilidades de ação em seu contexto histórico. Todavia, os acontecimentos dos fins da década de 1960 mostrariam aos intelectuais das humanidades “rachaduras” nestes paradigmas totalizantes. Vivia-se um claro momento histórico de mudança e transição sócio-cultural, cujo apogeu seria atingido em vários e distintos contextos históricos em 1968. Tratava-se de um momento em que a participação do sujeito histórico demonstrava sua suma importância.

Somente por volta dos anos 1980, contudo, que a virada das ciências humanas em direção a um novo paradigma passa a se tornar mais clara. Esse novo período, que vigora sob o signo da subjetividade e da individualidade, caracteriza-se, sobretudo, pela reabilitação da parte explícita e reflexiva da ação humana. Não se trata, no entanto, de um simples retorno do sujeito tal como era visto outrora. Mas sim de um deslocamento da investigação para o estudo da consciência, destacando todas as categorias semânticas próprias à ação humana: intenções, vontades, desejos, motivos, sentimentos, etc.. Na história essa nova orientação interpretativa implicou levar a sério também a guinada lingüística, atentando para os discursos sobre a ação. Atenta-se, então, para a narração, para a transformação da ação em enredo, mas sem, contudo, fechar-se na discursividade. Valoriza-se, nestes parâmetros, o pesquisador que se restringe a seguir seus atores com máxima fidelidade possível em seu trabalho interpretativo.

A história produzida a partir da década de 1980 passa a aceitar cada vez mais sua faceta narrativa. Compreende-se, assim, a produção historiográfica como uma narrativa do passado construído a partir das fontes existentes, dos recursos teórico-metodológicos escolhidos, e de um olhar, dentre vários outros possíveis, marcado pela atualidade e subjetividade próprias de sua época de produção. Em suma, um discurso em tensão entre a ciência e a ficção, para retomar a famosa expressão de Michel de Certeau. Desta

forma, muda-se a maneira de lidar com o acontecimento histórico. Conhecer determinado acontecimento histórico não significa saber como ele realmente aconteceu, nem tampouco saber suas possíveis causas e conseqüências; mas sim conhecer a maior gama possível de significados que lhe foram atribuídos na espessura temporal que separa o historiador do acontecimento estudado. Portanto, esse novo momento, que pode ser qualificado de hermenêutico ou interpretativo, convida os historiadores a seguir as metamorfoses de sentido nas mutações sucessivas da escrita histórica entre o próprio acontecimento e o presente (DOSSE, 2001, 2004; JENKINS, 2009; SILVA, 2002).

Nestes parâmetros, o trabalho que empreende Sergio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso* – de perseguir a trajetória feita pelos mitos edênicos até atingirem o universo mental dos navegadores do século XVI que estiveram no Novo Mundo, assim como suas mutações no devir histórico – mantém-se extremamente pertinente. Atentemos para alguns fatores que sustentam a atualidade da obra.

A tese de cátedra de Sergio Buarque tinha, na realidade, objetivos mais amplos. Pretendia, principalmente, contribuir para a “boa inteligência de aspectos de nossa formação nacional ainda atuantes nos dias de hoje” (HOLANDA, 2000, p.X). O autor buscou demonstrar até onde a imagem do paraíso terreal se achou difundida na era dos descobrimentos marítimos, analisando sua relação com fatores que, bem possivelmente, presidiram a ocupação do Novo Mundo pelo europeu. A possibilidade deste cenário ideal se localizar no mundo terreno havia sido muito difundida nas populações cristianizadas da Europa medieval, principalmente pela leitura e difusão das descrições do livro do Gênesis do Velho Testamento. A transposição da geografia do Éden para o Novo Mundo facilitou-se, sobretudo, pelo livre trânsito da linguagem analógica, hoje em desuso frente à preeminência que alcançaram as ciências exatas.

Partindo do pressuposto de que mitos edênicos eram bastante recorrentes no universo mental dos europeus da época das grandes navegações, Buarque de Holanda destacava a herança de aspectos irracionais medievais na mente dos viajantes modernos do século XVI. Sergio Buarque, portanto, discorda de Burckhardt, autor do clássico *A Cultura do Renascimento na Itália* (1860), em um ponto central: há realmente uma fratura radical entre Idade Média e Renascimento? A resposta de Holanda é negativa. O autor brasileiro endossa o apagamento dos prismas laicos e racionais da Renascença e

sua herança na antiguidade, acolhendo as interpretações medievalizantes, acentuando aspectos religiosos e tradicionalistas. A visão do paraíso – principal responsável, segundo Holanda, pela grande ênfase atribuída na época do Renascimento à natureza como norma dos padrões estéticos, dos padrões éticos e morais, do comportamento dos homens, de sua organização social e política – representa alguns destes aspectos. Os colonizadores castelhanos e portugueses do século XVI mantinham o modo analógico, que dominava de forma absoluta durante o medievo e que se prolongava em muitos pensadores reconhecidos do Renascimento.

Sergio Buarque de Holanda posicionava os viajantes castelhanos e portugueses do quinhentos diante de um mesmo desafio. Narrar o Novo Mundo. Os eternos rivais ibéricos se encontraram, durante as navegações, diante de lugares e situações que lhes eram completamente desconhecidos e inéditos. Conheciam novas faunas, floras e sociedades, sem, no entanto, conseguir explicá-las às suas sociedades. Possuíam, portanto, a árdua tarefa de traduzir as inquietantes experiências que tiveram para outras pessoas de sua terra natal (especialmente aquelas que estavam direta ou indiretamente relacionadas com o orçamento e produção da empreitada marítima). O autor busca salientar o quão importante seriam os mitos de paraíso terreal neste empreendimento narrativo em que mergulhavam os viajantes no período dos descobrimentos. Chama-nos a atenção a forma inovadora através da qual Sergio Buarque de Holanda coteja as crônicas de viagem, seu principal *corpus* documental. Ele considera como *representações* – termo que Chartier pôs na ordem do dia ao situar a história cultural “entre práticas e representações” – os relatos produzidos por navegantes e viajantes do século XVI a respeito das novas terras encontradas na América. As crônicas de viagem não são consideradas, portanto, fragmentos de um passado a ser reconstruído, mas sim documentos escritos em que se expõem *significados* (que nos remete ao atual “império do sentido” nas ciências humanas, reconhecido por François Dosse) produzidos pelos navegantes em questão. Somente assim poderia o autor vislumbrar a história do imaginário edênico como uma viagem, podendo traçar, então, sua biografia. Sergio Buarque de Holanda concebe as idéias de maneira *dinâmica*. Elas viajam, de pessoa a pessoa, de uma situação a outra, de um período para outro. Nas palavras do autor

Ora, assim como essas idéias se movem no espaço, há de acontecer que também viajem no tempo, e porventura mais depressa do que os suportes, passando a reagir sobre condições diferentes que venham a encontrar ao longo do caminho (...). O tema deste livro (*Visão do Paraíso*) é a biografia de uma dessas idéias migratórias, tal como se desenvolveu a partir das origens religiosas ou míticas, até vir implementar-se no espaço latino-americano, mormente no Brasil (HOLANDA, 2000, p. XIX).

Portanto, o autor apontava para a imensa importância de se levar em consideração os movimentos realizados pelas idéias e teorias de um lugar para outro pelas ciências humanas.

Para atingir o objetivo de sua pesquisa, Sergio Buarque de Holanda aproveitou-se da noção de “tópica”, tal como fora alicerçada pela obra de Ernst Curtius, *Literatura Européia e Idade Média Latina* de 1948. O estudo da tópica foi a principal ferramenta utilizada por Holanda para articular sua imensa erudição e convertê-la em instrumento interpretativo do universo mental dos colonizadores ibéricos. Os *topoi* eram para Curtius os “restos e migalhas” herdados da retórica antiga pela Idade Média. Para Sergio Buarque, os *topoi* constituiriam os motivos edênicos, onde se criava uma espécie de cenário ideal a partir de ruínas de experiências, mitologias ou nostalgias ancestrais. Segundo o autor, a tópica das visões do paraíso, que haviam sido inauguradas no século IV – em um poema atribuído a Lactâncio (talvez erradamente) e, que mais tarde, desenvolvido por Santo Isidoro de Sevilha – atingiriam uma longevidade de séculos sem sofrer grandes mudanças. Foi, portanto, a partir da leitura do livro de Curtius que Sergio Buarque conseguiu mapear as configurações mentais que os homens do século XVI tinham em relação à idéia de paraíso terrestre; observando a ressonância que estes mitos edênicos atingiriam na representação do Novo Mundo produzida pelos cronistas e navegantes. Mais uma vez aqui podemos notar a importância que os estudos literários atingiriam nos estudos de Holanda.

Outro aspecto que chama a atenção dos historiadores contemporâneos: a minuciosa interpretação crítica das fontes operada habilmente pelo autor. Já se apontou anteriormente a atual valorização do historiador que visa perseguir com máxima fidelidade seus personagens históricos. É exatamente o que Sergio Buarque faz com seu “personagem”: os mitos edênicos. Há uma verdadeira obsessão no autor que o impele a descrição de cada detalhe, de cada ingrediente dos mitos que encontra na literatura

produzida sobre o Novo Mundo. Nada lhe parece irrelevante. Nesse sentido, a exaustiva análise da simbologia da serpente do capítulo “Visão do Paraíso” da obra homônima constitui exemplo ilustrativo.

O horizonte comparatista de *Visão do Paraíso* é outro aspecto que muito impressiona nos dias de hoje. Ancorado na comparação, Buarque de Holanda realçou as diferenças entre conquistadores castelhanos e portugueses no que diz respeito ao modo como eles deram significado às terras recém descobertas. Assim como para Marc Bloch em *Os Reis Taumaturgos* (1924), para Sergio Buarque a comparação também era como a “varinha de condão” da história. A comparação luso-castelhana já se ensaiava desde o capítulo “O semeador e o ladrilhador” de *Raízes do Brasil*, que apontava diferenças entre o estilo civilizador do espanhol (sonhando em fazer da América uma Nova Espanha/Granada) e o estilo feitoral português (sempre nostálgico do reino). Apesar das diversas semelhanças que possuíam os ibéricos, Sergio Buarque notava que entre os portugueses o vislumbramento da descoberta de novas terras era mais ameno, se comparado com o espanhol. Enorme era o contraste entre os relatos sóbrios dos cronistas portugueses e as fantasias e delírios em torno da natureza descoberta tão bem desenhada pelos castelhanos. Para os últimos, fatores como a amenidade das condições climáticas, a abundância de recursos naturais e a inexistência de doenças seriam fortes indicativos de que ali, aos redores da América, se encontrava o Paraíso. Os portugueses, em contrapartida, pareciam preferir descrições mais límpidas e limitadas ao campo do visível, muito provavelmente em função de seu pioneirismo na expansão marítima e de sua tradição, recém-iniciada, mercantil. As experiências adquiridas nas navegações e negociações pela costa do continente africano desde meados do século XV certamente corroborou para uma visão mais utilitária, que tomasse mais cuidado com as sedutoras descobertas. Sergio Buarque de Holanda aponta que a maior parte dos mitos edênicos difundidos durante a conquista ibérica foram criações castelhanas. Quando alastrados entre os portugueses, tais mitos geralmente iam perdendo seu vigor, deturpando-se logo em seguida. O único mito que, por exceção, começou a ganhar crédito entre os portugueses, passado posteriormente aos castelhanos do Paraguai e Peru, foi o de “Sumé” (crença na existência de pegadas que atestaria a passagem de São Tomé pela América portuguesa).

Em suma, o fecundo comparatismo do autor chama a atenção por não se deixar levar por teorias e métodos gerais, por não esquecer a prudência e das exigências de historicidade necessárias à reflexão histórica. *Visão do Paraíso* continua hoje em dia, talvez mais do que nunca, uma leitura de fundamental importância para a historiografia brasileira.

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, David Peres. **Fronteiras e identidade na visão de Sergio Buarque de Holanda em São Paulo colonial.** (dissertação). Franca : Universidade Estadual Paulista, 2000.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.) **Raízes de Sergio Buarque de Holanda.** Rio de Janeiro : Rocco, 1998.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. **Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida.** (dissertação). Campinas : Unicamp, 1997.

_____. **Outros lados – Sergio Buarque de Holanda: crítica literária, história e política (1920-1940).** (tese). Campinas : Unicamp, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1990.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido.** São Paulo : EDUSC, 2001.

_____. **História e ciências sociais.** São Paulo : EDUSC, 2003.

_____. **O império do sentido: humanização das ciências humanas.** São Paulo : EDUSC, 2003.

EUGÊNIO, J. K., MONTEIRO, P. M. (orgs.). **Sergio Buarque de Holanda: perspectivas.** Campinas : Editora da Unicamp, 2008.

FRANÇOSO, Mariana de Campos. **Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sergio Buarque de Holanda.** (dissertação). Campinas : Unicamp, 2004.

FREITAS, Marcos Cezar (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo : Editora Contexto, 1998.

GOLDMAN, Elisa. **O humilde e o sublime: a representação do bandeirante na historiografia paulista.** (dissertação). Rio de Janeiro : UFF, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.** São Paulo : Editora Brasiliense, 2000.

_____. **Raízes do Brasil.** São Paulo : Companhia das Letras, 2005.

_____. **Caminhos e Fronteiras.** Rio de Janeiro : J. Olympio, 1975.

_____. **Tentativas de mitologia.** São Paulo : Editora Perspectiva, 1979.

- _____. **Cobra de vidro.** São Paulo : Editora Perspectiva, 1978.
- _____. **Capítulos de literatura colonial.** (Antonio Candido org.) São Paulo : Brasiliense, 1991.
- JENKIS, Keith. **A história repensada.** São Paulo : Editora Contexto, 2009.
- MALERBA, Jurandir. (org.) **A velha história.** Campinas : Papyrus, 1996.
- MALERBA, Jurandir, ROJAS, Carlos Aguirre (orgs.) **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica.** São Paulo : EDUSC, 2007.
- MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil.** Campinas : Editora da Unicamp, 1999.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974).** São Paulo : Editora Ática, 1978.
- PRADO, Antonio Arnoni (org.) **O espírito e a letra.** São Paulo : Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Nota breve sobre Sergio crítico.** In : Sergio Buarque de Holanda: 3º Colóquio UERJ. Rio de Janeiro : Imago, 1992. PP. 117-135.
- RAGO, Margareth. A “nova” **historiografia brasileira. Anos 90.** (UFRGS), Porto Alegre, v. 11, 1999.
- SILVA, Helenice Rodrigues. **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas.** Campinas : Papyrus, 2002.
- SOUZA, Antonio Candido de Mello (org.) **Sergio Buarque de Holanda e o Brasil.** São Paulo : Editora Perseu Abramo, 1998.
- SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** São Paulo : Companhia das Letras, 1989.
- Vários. **Sergio Buarque de Holanda: vida e obra.** São Paulo : Secretaria de estado da Cultura, USP, 1988.
- VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro : Editora Campus, 1989.
- WEGNER, Robert. **A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sergio Buarque de Holanda.** Belo Horizonte : Editora UFMG, 2000.